



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Edgard Ribas Carneiro

Nasceu em 30 de setembro de 1894, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais João Cypriano Carneiro e Carolina Ribas Carneiro.

Em sua cidade natal, cursou o Colégio Militar e o Colégio Alfredo Gomes. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1915.

Lecionou na Faculdade de Direito de Niterói. No Distrito Federal, foi professor de Geografia da Escola Normal, advogado da Polícia Militar e diretor-geral de Publicidade, Comunicações e Transportes da Polícia Civil.

Criada a Ordem dos Advogados Brasileiros pelo Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930, fez parte da comissão do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) encarregada da elaboração do anteprojeto de Regulamento da instituição, que veio a ser aprovado pelo Decreto nº 20.784, de 14 de dezembro de 1931.

Na Comissão Legislativa, instituída pelo Decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, “sob a presidência de honra do ministro de Estado da Justiça, para elaborar os projetos de revisão ou reforma da legislação civil, comercial, penal, processual da Justiça federal e do Distrito Federal, de organização judiciária do Distrito Federal, e de outras matérias indicadas pelo mesmo ministro”, veio a integrar a Subcomissão de Propriedade Industrial, nos termos do Decreto nº 19.684, de 10 de fevereiro de 1931.

Dedicou-se também ao jornalismo, trabalhando nos periódicos “Gazeta de Notícias”, “O Jornal” e “Diário da Noite”.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Com uma sólida carreira de advogado e já conhecido como jurista, foi nomeado, por decreto de 9 de fevereiro de 1934, para o cargo de substituto do juiz federal da 1ª Vara na Seção do Distrito Federal, pelo período de seis anos. Nesta função, julgou procedente, em 11 de dezembro de 1935, a ação judicial promovida pelo 3º procurador da República interino, Honorato Himalaya Vergolino, que pedia a dissolução da sociedade civil Aliança Nacional Libertadora,* cujas núcleos haviam sido fechados, por seis meses, pelo Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935.

Em 1937, ingressou na Justiça local do Distrito Federal, mediante nomeação para o cargo de juiz de direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, por decreto de 25 de novembro do referido ano. Em 10 de julho de 1940, deu-se sua transferência a pedido, para a 1ª Vara de Fazenda Pública, mediante permuta com o magistrado José Thomaz da Cunha Vasconcellos Filho. Novamente por permuta, desta feita com o magistrado Elmano Martins da Costa Cruz, foi transferido, a pedido, em 29 de dezembro de 1945, para a 10ª Vara Cível.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal por decreto de 12 de janeiro de 1946, que determinou sua promoção, por antiguidade, ao referido cargo, com posse e exercício em 22 de janeiro do mesmo ano. Aposentou-se em 1951.

É de sua autoria a obra “Curso de Direito Comercial Brasileiro”.

Do casamento com Sílvia Ribas Carneiro nasceu Maria Cecília Ribas Carneiro, renomada historiadora.

Edgard Ribas Carneiro faleceu em 16 de maio de 1962.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

* Aliança Nacional Libertadora (ANL) – organização criada com a finalidade de combater o imperialismo e o fascismo, reunindo políticos e intelectuais de renome, sindicalistas, entidades democráticas e populares, integrantes do tenentismo, assim como militantes comunistas e socialistas.

Fontes consultadas

A posse do desembargador Ribas Carneiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1946, p. 3.

Brasil. Decreto nº 19.684, de 10 de fevereiro de 1931.

Desembargador professor Edgard Ribas Carneiro (7º dia). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1962, 1º Caderno, p. 2.

Lei da usura. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1933, p. 3.

Livro de assentamentos funcionais de magistrados (1926-1946). Livro nº 2 – SEATA. Fl. 26. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Livro de registro de atas do Tribunal Pleno (1951-1952). Livro nº 513 – SEATA. Fls. 25 e 26. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Novos bacharéis em Direito: os que ontem colaram grau. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1915, p. 2.